

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL: análise da realização de projeto sobre os povos indígenas do Tocantins alusivo à comemoração do dia do índio

Gustavo Carvalho Anacleto¹, Kairo Tavares Freire², Paulo Hernandes Gonçalves da Silva³

¹ Estudante do curso técnico em Agopecuária – Campus Colinas (IFTO); e-mail: gustavo.anacleto98@outlook.com

² Professor do Campus Colinas do Instituto Federal do Tocantins. E-mail: kairo.freire@ifto.edu.br

³ Doutorando do Programa de Letras e Literatura – Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína – Professor do Campus Colinas do IFTO; e-mail: paulohg@ifto.edu.br

Resumo: O presente artigo aborda o componente curricular da Educação Física, quando trabalhado na perspectiva intercultural. Tem-se um estudo da área de educação que demonstra a preocupação com os benefícios que a troca de culturas pode trazer aos estudantes não-indígenas. O objetivo deste artigo consiste em analisar o projeto sobre os povos indígenas tocantinenses, realizado no Campus Colinas do Tocantins, no dia 14 de abril de 2018. Adotou-se a metodologia da revisão de literatura, com base em pesquisadores, que possuem conhecimento aprofundado sobre o assunto e também a pesquisa de campo, por meio da sistematização dos resultados alcançados no referido projeto, com enfoque na perspectiva da interculturalidade. Dentre os resultados alcançados tem-se a constatação de que promover projetos educacionais com povos de culturas distintas contribui para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes envolvidos

Palavras-chave: educação física, interculturalidade, povos indígenas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A aprendizagem escolar tem ganhos significativos quando ocorre na perspectiva do interesse do estudante. O trabalho com projetos, por exemplo, permite estabelecer conexões entre vários pontos de vista, contemplando uma pluralidade de dimensões. Segundo Delors (2011), os caminhos do aprendizado não são únicos, há várias formas de se chegar a um conhecimento. O projeto interdisciplinar é uma proposta que garante esta flexibilidade e diversidade de atividades.

Os estudantes ao estarem diante de um problema ou de novas vertentes culturais, defrontam com várias interpretações e com pontos de vistas diversos acerca da mesma questão. Desta forma, este artigo foi motivado a partir da realização das atividades alusivas à semana do índio, realizada no campus Colinas do Tocantins, em abril de 2018, momento em que os estudantes tiveram oportunidade do contato com diversas atividades culturais e corporais dos povos indígenas do estado do Tocantins

Desse modo, este artigo se justifica com base nas apreensões das atividades interculturais realizadas, em que para o profissional de Educação Física existe o indagar acerca dessa imersão cultural, que se se insere nos hábitos corporais de movimento, uma vez que nesta área de formação há muitas discussões sobre os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores. Busca-se orientações na saúde, na biologia, na motricidade humana, na dança, nos jogos e na lutas. Nesse conglomerado de estímulos, tem-se a construção do ser humano historicamente criado e desenvolvido culturalmente de uma maneira única, destacada no Coletivo de Autores (1998).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O fator diversidade cultural vem representando ao longo dos últimos anos um aspecto que merece bastante atenção dos estudiosos. Esclareça-se que as sociedades são multiculturais, e por isso, as relações entre os indivíduos deve respeitar as semelhanças e diferenças, principalmente quando se trata das situações fora ou dentro do ambiente escolar.

2.1 O professor de Educação Física e a realização de atividades interculturais

Considerando os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/1996), parece oportuno que o ensino de Educação Física ocorra respeitando a diversidade cultural dos educandos, entendendo como um avanço a consideração das diferenças nos processos educativos. Entretanto, para Oliveira (2004), com o risco da ação pedagógica, em nome desses pressupostos, cair num particularismo exagerado, num reducionismo pedagógico, num “vale tudo”, nas quais as possibilidades são tantas quantas forem as diferenças. Diante desse quadro, faz-se necessário apontar alguns pressupostos para uma prática pedagógica de Educação Física pautada em interculturalidade, os quais têm na alteridade o argumento relevante do diálogo entre as culturas, conforme segue:

[...] a cultura no interior de uma realidade humana é sempre dinâmica, não é fechada ou cristalizada como um patrimônio de raízes fixas e permanentes. A cultura possui fronteiras móveis e em constante expansão. Tampouco é conjugada no singular, já que é plural, marcada por intensas trocas e muitas contradições nas relações entre grupos culturais diversos e mesmo no interior de um mesmo grupo (GUSMÃO, 2003, p. 91).

A prática da EF é, eminentemente, cultural, devendo estar atenta ao contexto sociocultural do educando e às diferenças apresentadas por eles. No entanto, pode haver aqui o risco da relativização. Por exemplo, um professor de EF, atento a essa premissa, ao chegar numa escola e detectar que os alunos gostam e valorizam a prática do futebol pode, pautado no discurso da consideração da realidade dos alunos, acabar “moldando” toda sua ação em torno dessa única prática corporal, tolhendo assim, inúmeras outras possibilidades de acesso ao conhecimento (OLIVEIRA, 2004, p.23).

As ideias apresentadas por Gusmão (2003) e Oliveira (2004) levam ao encontro da valorização do processo comunicativo entre as culturas, ou seja, uma educação intercultural, a qual aponta para a promoção de processos facilitadores de uma interação entre as culturas em pé de igualdade e que partam do conhecimento, respeito e valorização mútuos. Segundo os autores, a escola deve perceber na diversidade cultural um elemento enriquecedor. Espera-se que a Educação Física ajude a superar o processo de colonização do indígena, por exemplo, e que se passe a aprender com esses povos.

2.2 O currículo na perspectiva da interculturalidade indígena

Esclareça-se que o currículo não deve ser apenas uma matriz repleta de componentes curriculares, mas sim tudo aquilo que envolve a vida do povo indígena, dentro e fora da sala de aula e que envolve o seu desenvolvimento. Sabe-se segundo, FREIRE (2011), que a educação tem como objetivo a conquista da autonomia social e cultural de cada povo, na sua coletividade e na sua individualidade.

Portanto, o contexto e as práticas socioculturais de cada sociedade indígena devem ser a base para o desenho do currículo para a escola indígena. Este deve ser feito por uma equipe multidisciplinar, constituída por antropólogos, linguistas, educadores e professores indígenas que, juntos, devem trabalhar na definição e desenvolvimento dos currículos das escolas indígenas, de maneira a garantir que o processo ensino-aprendizagem se insira num contexto mais amplo de apreensão e compreensão da realidade (FASSHEBER, 2006).

Outro documento importante foi a publicação do Decreto Presidencial nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, em que ficou atribuído ao MEC a competência de coordenar as ações referentes à Educação Escolar Indígena no país, cabendo sua execução às secretarias estaduais e municipais de educação. Para a realização dessa incumbência é necessária uma articulação efetiva entre estas esferas de governo responsáveis pela educação fundamental, portanto, a formação de professores também deve ser articulada em conjunto com as três esferas (BRASIL, 1991).

Com base nas tradições culturais da comunidade indígena, o processo de ensino-aprendizagem deve proporcionar o intercâmbio positivo e enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades. Esse elo deve pautar-se no diálogo constante entre as culturas, de forma a desvendar seus mecanismos, suas funções e sua dinâmica: língua materna e bilinguismo (MACEDO; ALBUQUERQUE, 2014).

A Constituição de 1988 e a nova LDB (Lei 9394/1996) incorporam esse princípio ao garantirem aos povos indígenas o direito de utilizar suas línguas maternas ao longo do processo educativo, oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares. O português aparece como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros seja formal, coloquial e outros (ALBUQUERQUE, 2011).

Por sua vez, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) está voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das secretarias estaduais de educação, responsáveis pela implementação e regularização de programas educativos junto às comunidades indígenas (BRASIL, 1998). É importante acrescentar que diversos marcos legais permearam esta temática da educação escolar indígena. Essas legislações modificaram o processo, surgindo no Brasil, um movimento indígena de âmbito nacional articulado na busca de soluções coletivas para problemas

comuns aos diferentes grupos étnicos – basicamente a defesa de territórios, o respeito à diversidade linguística e cultural, o direito à assistência médica adequada e a processos educacionais específicos e diferenciados (FERREIRA, 2001).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de consecução do objetivo de compreender a importância de um projeto intercultural na semana do índio, foi realizado inicialmente um levantamento de bibliografia, com a finalidade de verificar o estado da arte do tema, identificando os pesquisadores e a pesquisas a eles pertinentes. Nesse momento, que serve de pressuposto para elaboração da metodologia, foi consultado um referencial teórico que abarca, em seu conjunto, autores das Ciências Sociais que permitem um diálogo com a área da Educação Física, conforme orienta Almeida (2010).

Ainda com base nas percepções desse autora, essa fase consistiu em fazer um levantamento detalhado de livros, artigos e publicações que fornecessem subsídios teóricos em relação ao objeto. Portanto, o primeiro momento do estudo consistiu em tematizar e situar as práticas corporais apresentadas nos Jogos dos Povos Indígenas, como objeto de estudo num quadro conceitual.

Por isso, a pesquisa bibliográfica foi muito relevante para esta pesquisa, bem como a vivência ocorrida no evento intercultural do dia 14 de abril de 2018, no campus Colinas do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins, consoante ao que estabelece Moreira (2002). O que para o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), na maior parte dos grupos indígenas, os conhecimentos da área da Educação Física são transmitidos às novas gerações por meio de métodos próprios de aprendizagem, sobre os quais a escola não tem nada a dizer, o que aponta para a formação adequada dos professores para um currículo escolar de Educação Física.

Destaque, portanto, que a observação dos resultados do projeto, apresentado neste artigo, se deu por meio dos documentos institucionais do Campus Colinas do Tocantins, organizados na Gerência de Ensino, configurando-se assim, como uma pesquisa documental, inclusive com a análise das fotografias e imagens do evento denominado: “Povos indígenas: educação intercultural”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A realização de mesa redonda com os indígenas no Campus Colinas do Tocantins

Os documentos institucionais estudados demonstrou a importância de se trazer os povos indígenas para o contato com a comunidade escolar. Desta forma, o Campus Colinas do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), por meio de suas gerências e coordenações, e dentro das ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), entre as atividades em comemoração ao

dia do índio, realizou no sábado letivo, 14 de abril de 2018, a partir das 13h30, em seu auditório Coruja-do-campo, “a mesa-redonda: a inclusão do estudante indígena na universidade: perspectivas e desafios”, cujos detalhes seguem na figura 1:

Figura 1 – Culminância do projeto com a mesa redonda



Fonte: Pesquisa documental (2018)

Na análise da figura 1, faz necessária a indicação de que a mesa foi composta por: Renato Yahé Krahô, representante do povo Krahô); Júlio Kamer R. Apinayé, representante do povo Apinayé; Valteir Tperêfu Xerente, representante do povo Xerente; Lee Guajajara, representante do povo Guajajara; Adriano Karajá, representante do povo Karajá e presidente do Conselho Estadual de Educação Indígena do Tocantins; Francisco Edviges Albuquerque, coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Paulo Hernandes Gonçalves da Silva, diretor-geral do Campus Colinas do Tocantins e pesquisador de Educação Escolar Indígena no estado do Tocantins.

Nesta perspectiva, vale a consideração de que um aspecto diferente no projeto e que corroborou com o ideal da educação física intercultural, foi a participação de líderes de povos indígenas dos estados do Tocantins e Maranhão, permitindo assim, uma vivência dos estudantes com o pensamento desses povos nativos brasileiros, de forma, que muitos mitos e preconceitos pudessem ser superados nessa relação interétnica e intercultural, inclusive trouxe o respeito, tolerância e o despertar para o aprofundamento em pesquisas de estudantes na área específica.

Vale o encaminhamento de que o projeto apresentou outras atividades com o cunho intercultural, conforme se observou no mesmo dia com a organização do evento de lançamento/tarde de autógrafos do livro com o título: Educação linguística em contextos interculturais amazônicos, com edição da Pontes Editores de Campinas/SP, no ano de 2017, com ISBN nº 978-85-7113-932-9, conforme se observa na figura 2:

Figura 2 – Lançamento do livro sobre interculturalidade amazônica



Fonte: Pesquisa documental (2018)

Com base nos detalhes da figura 2, vale demonstrar que os indígenas permaneceram no evento para prestigiar o lançamento do livro, sendo inclusive um dos indígenas, Renato Yahé Krahô, autor de capítulo. Destaque ainda que esse foi o primeiro livro impresso com o selo do Campus Colinas do Tocantins do IFTO. Os autores do livro são os professores: Francisco Edviges Albuquerque (coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas – LALI – do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins - UFT) e Paulo Hernandes Gonçalves da Silva (diretor do Campus Colinas do Tocantins, acadêmico de doutorado em Letras na UFT e pesquisador de Educação Escolar Indígena no estado do Tocantins).

Interessante observar que a discussão da Educação Linguística torna-se uma teia de saberes quando é tratada nos Contextos Interculturais Amazônicos; isso ocorre porque os costumes da região amazônica têm suas peculiaridades que chamam a atenção dos pesquisadores, principalmente, pela forte ligação com a etnia indígena, intensificada pelo contato com os não indígenas e a evolução dessa troca cultural.

4.2 Atividades esportivas na perspectiva intercultural

Como parte integrante das comemorações alusivas ao Dia do Índio foi realizada também uma gincana desportiva intercultural, também no dia 14 de abril de 2018. Os docentes, técnicos administrativos, estudantes e comunidade externa foram convidados a participar desse momento. O objetivo foi demonstrar a importância do lúdico e da interculturalidade na formação dos discentes do campus, conforme observado na figura 3 que segue:

Figura 3 – Atividade esportiva intercultural



Fonte: Pesquisa documental (2018)

Reitera-se a informação de que com base nos detalhes da figura 3, a ação foi promovida pela Setor de Esportes e Lazer (SELA), denominando-se “Gincana desportiva intercultural”, que incentivou competições aos moldes dos jogos dos povos indígenas habitantes do estado do Tocantins, com ocorrência de três práticas a saber: corrida de toras, revezamento de flechas e competição de arco e flecha, nas modalidades masculino e feminino. A imagem da figura 3 evidencia a última competição citada.

Os estudantes foram divididos nas equipes vermelha, amarela e preta, para assim, como nas aldeias indígenas das diversas etnias do estado do Tocantins, participassem de uma competição num clima harmonioso de acordo com as regras, rituais e simbologias desses povos, sejam Krahô, Xerente,

Apinayé ou Karajá Xambioá, o que trouxe um resultado muito positivo para o desenvolvimento intercultural causado pela troca na convivência interétnica.

A este respeito, Almeida (2004, p. 32) destaca:

Uma outra situação acontece em datas comemorativas, como o Dia do Índio, por exemplo, no qual as ações pedagógicas a serem desenvolvidas nas aulas de EF - pelo menos nas escolas em que tive contato até hoje como aluno e como professor - contemplam práticas corporais que fazem alusão a um ser humano primitivo, habitante das selvas etc. É comum, nessa data, a EF encarregar-se da apresentação de algum tipo de dança ou ritual indígena para a escola. As sugestões para os mesmos estão presentes em livros didáticos especialmente elaborados para essas datas comemorativas que, no caso do Dia do Índio, também incluem algumas lutas e jogos sugeridos para as aulas de EF. A visão contida nesses manuais é aquela romântica, do índio como habitante da selva, em constante contato com a natureza, longe do meio urbano e, por isso mesmo, distante dos problemas sociais (fome, miséria, prostituição, violência etc.) existentes nas cidades. Vale ressaltar aqui que o termo “índio” é uma construção branca, pois, de acordo com Gusmão (2003), os povos indígenas são guarani, avá, terena e outros, mas não são índios. Segundo a autora, chamar todos de “índios” implica desrespeitar a especificidade de cada grupo, alocá-los em um único “padrão cultural”, desconsiderando o que são de fato e o que pensam sobre si mesmos como componentes de uma história singular de grupo que tem suas próprias marcas, portadoras de significados, sentidos e visão de mundo únicos.

Dando seguimento às discussões interculturais quanto ao corpo e à prática de educação física, Kunz (2006) estabelece que da mesma forma que o treinamento esportivo parece ser considerado problemático para uma criança não-indígena, também pode o ser para uma criança indígena, especialmente porque o treinamento traz consigo um conjunto de valores que, ao serem apropriados, tanto faz por criança indígena ou não, leva ao entendimento que são elementos mais específicos a um atleta do que a uma criança.

Para Grando (2005), as técnicas esportivas correspondem à visão de mundo ocidental, fundamentada na ciência positivista e em uma organização social capitalista. São construídas e reconstruídas historicamente, com o intuito de aumentar sua eficácia em eventos esportivos. Essa noção de técnica do corpo proveniente da racionalidade moderna não precisa estar presente nas escolas integralmente. Outras perspectivas de se trabalhar o corpo e a mente podem ser favorecidas com a interculturalidade indígena, como neste caso específico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física precisa ser vista como um relevante instrumento de afirmação étnica, com a preocupação de fazer uma análise crítica da proposta pedagógica diferenciada e da atuação prática dos

professores desta disciplina curricular que atuam nas escolas, com vista a diminuir diferenças culturais existentes, inclusive na perspectiva de superação do colonialismo.

Os povos indígenas têm o direito de utilizar as suas línguas maternas nos processos educativos escolares, da mesma forma que os não-indígenas também o têm. A maioria das sociedades indígenas no Brasil encontra-se hoje em diversas situações e modalidades de bilinguismo e ou multilinguismo. A língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura, constituindo-se no código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações (ALBUQUERQUE, 2011).

Conclui-se que a realização de projetos interculturais foi muito relevante, inclusive, neste caso específico de Educação Física, o professor e o estudante puderam perceber que as competências a serem trabalhadas são: conhecer e descrever as competições, de maneira como é feita nas etnias e relacionar criticamente com os esportes da sociedade não-indígena; conhecer e discutir as funções do jogo na educação indígena (BARTH, 1998).

Importante a afirmação conclusiva de que o processo de transmissão de uma tradição diz respeito a uma reprodução social de convivência, desta forma, foi muito relevante a consecução de projetos em que ocorreu o convívio respeitoso entre os indígenas e os não-indígenas por intermédio da escola.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.E.A **Educação Escolar Apinayé na perspectiva bilíngue intercultural**. Goiânia: PUC de. Goiás, 2011.

ALMEIDA, A.J.M.de. **As práticas corporais e a educação do corpo indígena**: contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. REV. BRAS. CIÊNC. ESPORTE (IMPR.)[online]. 2010, vol.32, n.2-4, pp.59-74. ISSN 0101-3289. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892010000200005>.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

BARTH, F. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de F.Barth / P.Poutignat, J.Streiff-Fenard. Tradução de E.Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **DECRETO Nº 26, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991**. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil, MEC, Brasília, 1991.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/1996**. São Paulo: SINPRO, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI**. MEC, Brasília: MEC, 1998.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília,DF: MEC: UNESCO, 2011.

FASSHEBER, J. R. M. **Etno-Desporto Indígena: contribuições da Antropologia Social a partir da Experiência entre os Kaingang**. 2006. 170p. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

FERREIRA, M.K.L. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GRANDO, B. **CORPO E CULTURA: A EDUCAÇÃO DO CORPO EM RELAÇÕES DE FRONTEIRAS ÉTNICAS E CULTURAIS E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE BORORO EM MERURI-MT. PENSAR A PRÁTICA, GOIÂNIA V. 8, N. 2, P. 163-179, JUL./DEZ. 2005**.

GUSMÃO, N. M. M. DE. (ORG.). **DIVERSIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO: OLHARES CRUZADOS**. SÃO PAULO: BIRUTA, 2003

KUNZ, E. **TRANSFORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO ESPORTE**. 7. ED. IJUÍ: UNIJUÍ, 2006.

MACEDO, A.S; ALBUQUERQUE, F.E. **Educação Escolar Indígena: a caminho da transdisciplinaridade**. In PINHO, M.J.; SUANNO, M.V.R; SUANNO, J.H (orgs). Formação de professores e interdisciplinaridade: diálogo investigativo em construção. Goiânia: Editora América, 2014.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. **Educação física, ciclos e prática pedagógica: aproximações**. 2004. 87f. Monografia (Especialização em Educação Física Escolar)-Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.